

O CONSELHO DE CLASSE EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO DISTRITO DE MUTANS/BA¹

Fernanda Teixeira Melo²

Tatiane Soares Santos³

Alana Costa Pimentel⁴

Angélica Almeida Melo⁵

Marli Araujo Teixeira⁶

RESUMO

O artigo proposto tem como objetivo discutir sobre a política de gestão do Conselho de Classe, em uma escola pública da educação básica municipal do distrito de Mutans/Guanambi-BA. Este trabalho foi produzido como pré-requisito da disciplina Gestão Educacional, do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB/CAMPUS XII. Para a metodologia utilizamos a abordagem qualitativa, com levantamento de questionários, coleta de dados, entrevistas com a equipe gestora da instituição, além de utilizarmos do recurso de fichamentos teóricos, no intuito de adquirir embasamento para enriquecer o nosso conhecimento teórico sobre essa política, para isso fundamentamos em CARMINATI (2011), CRUZ (2005), HOFFMANN (2002), LEITE (2013), LUCK (2005), SILVA (2009), LIMA (1970), LDB (9394/96) entre outros que iluminaram a argumentações aqui expostas. Nessa perspectiva faz-se necessário um maior estudo sobre este instância avaliativa nas escolas, e também um maior aprofundamento de pesquisas científicas acadêmicas sobre o mesmo, afinal este ainda se encontra limitado frente às outras políticas de gestão escolar, no entanto ele desenvolve um papel fundamental no processo de avaliação de aprendizagem do aluno, e também das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, afim de que possam encontrar soluções juntamente com os responsáveis para intervir em eventuais problemas que possam surgir ao longo do ano letivo. Embora muitas vezes isso não acontece, pois geralmente esta reunião faz com que se transformassem em julgamento do educando e não como espaço de transformação e reflexão do processo de avaliação do desempenho escolar em sua totalidade levando em consideração não só as notas, mas o comportamento, e buscar diagnosticar suas dificuldades, para assim intervir nessa questão.

Palavras chaves: Conselho de Classe. Políticas. Avaliação.

¹Trabalho apresentado como avaliação parcial do componente curricular, Gestão Educacional, sob orientação da docente do Departamento de Educação UNEB/CAMPUS XII, Maria Euvira Scolaro, que possui mestrado em Educação e Contemporaneidade. euvirascolaro@bol.com.br

² Discente do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XII. nandamelo15@hotmail.com.

³ Discente do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XII. tatianegui2009@gmail.com

⁴ Discente do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XII. lana.phn3@hotmail.com

⁵ Discente do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XII. angelica20mello@hotmail.com

⁶Discente do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XII. marlier5@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta como avaliação parcial do componente curricular Gestão Educacional, busca entender e analisar a prática do conselho de classe em uma escola pública municipal do distrito de Mutans, a fim de obter um olhar crítico, sobre essa política educativa exercida no ambiente escolar, já que o objetivo do mesmo é contribuir significativamente para a auto avaliação dos alunos e dos professores da instituição educacional.

Utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa, em que partimos da escolha do tema, levantamento de questionários e fichamentos teóricos. Em seguida fomos a campo para coletar dados sobre o conselho de classe in loco, partindo-se de instrumentos de pesquisa como, a entrevista gravada com docentes e membros da instituição, e a partir dessas informações efetivamos a transcrição e posteriormente a transcrição, que segundo Meihy, (2006, p.66): “a entrevista deve ser corrigida e que o ideal é a manutenção do sentido intencional dado pelo narrador, que articula seu raciocínio com as palavras. Pela lógica, não são as palavras que interessam e sim o que elas contêm.”

Para a melhor compreensão acerca dessa temática buscamos conhecer o regimento escolar e a Lei de número 9394/96 sobre o conselho de classe, com isso nos embasamos em visões teóricas que retratam o tema, relacionando a teoria com a prática nas perspectivas observadas no ambiente educacional, com intuito de identificar a origem desta política, sua constituição e como esta prática se organiza no espaço escolar.

Tentaremos abordar os resultados dessa pesquisa no corpo do presente trabalho, na qual explanaremos sobre a atuação do conselho de classe, com base em estudos a respeito dessa temática.

A ORIGEM DA POLÍTICA DO CONSELHO DE CLASSE

No referido tópico, apresentaremos uma síntese, sobre a implementação do conselho de classe nos ambientes educacionais, pois o mesmo oferece grande relevância para a escola, como:

Os Conselhos de Classe são importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agir em conjunto, primando por uma mudança educacional. (LORENZON, et. al. p. 4).

Em meados da década de 1970, funcionava o Circulo de Pais e Mestres (CPM), com objetivo a participação total da família como também da comunidade escolar (professores,

pais, alunos e funcionários) no ambiente educacional, analisando o processo de aprendizagem, o comportamento disciplinar do aluno, e diagnosticar as dificuldades cognitivas dos educandos que não conseguiam um bom rendimento escolar. Como afirma Lauro de Oliveira Lima:

O Circulo de Pais e Mestres deve ter estrutura dinâmica em que haja oportunidade para todos participarem de acordo com sua capacidade e condição social e ser vistos pelas famílias como atividade válida, mesmo independente do interesse pela educação dos filhos. (1970, p.143).

O Conselho Escolar surgiu na década de 1980, com a insatisfação da escola a respeito da centralização de poder do governo da época, que conseqüentemente ocasionou em reivindicações para a reforma da educação, como cita Eloisa Lück et.al.:

O movimento a favor da descentralização e da democratização e da gestão das escolas públicas, iniciada no princípio da década de 1980, tem encontrado apoio nas reformas educacionais e nas proposições legislativas. Este movimento concentra-se em três vertentes básicas da gestão escolar: (a) participação da comunidade escolar na seleção dos gestores da escola; (b) criação de um colegiado, conselho escolar que tinha tanto autoridade deliberativa como poder decisório; (c) repasses de recursos financeiros às escolas, e, conseqüentemente aumento de sua autonomia. (2005, p.15).

No obstante, a defesa para a democratização da escola, contribuiu para o surgimento de um conselho de classe participativo, que refletisse em novas perspectivas para a participação da comunidade nas reuniões realizadas no espaço escolar, mas em contrapartida, compete ressaltar que o mesmo possui contrariedades a respeito da sua atuação nas escolas.

O REGIMENTO ESCOLAR E A LEI DE NÚMERO 9394/96 SOBRE O CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é uma prática exercida pela escola, que visa discutir o desempenho escolar dos discentes, a partir desse momento a escola deve desenvolver métodos de auto avaliação tanto dos professores quanto dos alunos, ou seja, identificar pontos para serem analisados criticamente na organização e planejamento do mesmo. O regimento escolar, da escola analisada, no seu artigo 32º afirma que: “O Conselho de Classe, instância democrática de construção humana das classes do 3º ano ao 9º ano e séries equivalentes, é um instrumento didático pedagógico e disciplinar, sendo responsável pelo acompanhamento e avaliação do processo ensino e aprendizado”.

No que se refere ao Artigo 32º, podemos analisar que a política do conselho de classe citada acima desenvolve múltiplas funções de avaliação, desde o acompanhamento do processo ensino aprendizagem até a conduta disciplinar do aluno. É importante ressaltar quem

são os indivíduos que compõem essa instância democrática, para apontar algumas especificidades que competem ao mesmo. De acordo ao regimento escolar no Artigo 33º: “O conselho de classe é composto por todos os sujeitos da ação educativa: diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, professores de disciplina do ano/turma”.

No parágrafo 1º do Artigo 33º, afirma: “É facultada a participação do representante dos alunos”, já no 2º parágrafo, ressalta que: “O conselho de classe será precedido pelo diretor, ou na falta deste, pelo vice-diretor (se houver) ou pelo coordenador pedagógico”.

Perante a observação no espaço escolar através das entrevistas com os participantes da pesquisa, é possível refletir que no conselho de classe da escola analisada não há participação tanto dos representantes dos alunos como do coordenador pedagógico, pois a escola ainda não possui este profissional da educação. É concretizado apenas com os diretores e professores da instituição, como ressalta a vice-diretora: “Quem coordena é a direção da escola, mas os participantes das reuniões do conselho de classe são os professores da instituição”.

Para uma perspicácia do conselho de classe, cabe o mesmo debater o aproveitamento das atividades escolares de cada aluno, refletir e analisar as causas dos baixos rendimentos dos discentes. Também é notório perceber que a escola precisa avaliar o desempenho dos educadores, se os mesmos estão apresentando em sala metodologias de acordo ao nível de aprendizado e a realidade condizente com os estudantes que compõem a classe, para que a mesma contribua para o processo de ensino e aprendizado do aluno. De acordo a Marta Betanes da Silva:

O papel do Conselho é justamente esse, tornar dinâmico o processo de avaliação por meio da análise dos participantes e estabelecer no coletivo, meios para a superação das dificuldades quer sejam de aprendizagem, de relacionamento dentre outros. Estudar os resultados é o primeiro momento coletivo de análise deste órgão colegiado [...], é possível descrever e problematizar a realidade da sala de aula, interpretar os resultados da aprendizagem de forma crítica, aproximar este resultado da prática do professor e propor alternativas de ação. Este é o grande momento coletivo. (2007, p. 27).

No Artigo 35º do Regimento Escolar, no inciso III afirma que: “O conselho de classe deve estabelecer o tipo de assistência especial pra o aluno que não apresentou rendimento favorável”.

Ao término do ano letivo, aquele aluno que estiver apresentado menor rendimento escolar terá direito ao conselho de classe se obter segundo o regimento escolar no Artigo 106º: “Será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas obrigatórias do período letivo regular”.

Conforme a fala da vice-diretora ao prelecionar os métodos utilizados para avaliação parcial dos alunos, ressalta: “Os critérios de avaliação considerados são: o desenvolvimento das tarefas escolares, postura do aluno, a nota disciplinar do discente e principalmente 75% de aproveitamento das aulas de todo o ano letivo (como está previsto no Artigo 106º do regimento escolar) ou da prova de recuperação efetivado ao fim do ano letivo”.

O conselho de classe é um dos vários mecanismos que fornece uma gestão democrática na instituição de ensino, pois o mesmo apresenta articulações que visam o aproveitamento das discussões pedagógicas, as mesmas devem ser elaboradas coletivamente, ou seja, envolvendo todo o corpo escolar, visando uma participação crítica e reflexiva.

A gestão democrática está prevista na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, que no Artigo 14º afirma:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo as suas peculiaridades. No inciso I do Artigo 14º ressalta: “A participação, dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”, e do inciso II explana: “Participação das comunidades escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

É imprescindível notar, que a escola que possui participação da comunidade escolar e local, desempenha um papel escolar excelente, pois a escola consegue diagnosticar as razões das dificuldades dos alunos, e apontar as mudanças necessárias nos encaminhamentos pedagógicos para superar tais problemas.

É válido destacar que a gestão democrática mencionado na LDB 9394/96, garante a equipe pedagógica o direito de constituir os princípios, finalidades e objetivos do seu conselho de classe os mecanismos que a possibilitam.

De acordo ao regimento escolar analisado podemos perceber como está deliberada a organização do conselho de classe, já que cita nos incisos do artigo 36º:

- I No início do no letivo.
- II Ao fim de cada unidade letiva.
- III Ao fim do ano letivo.
- IV Ao fim dos estudos obrigatórios.

E no parágrafo único do artigo 36º explana que: “O conselho de classe poderá reunir-se, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, sempre que convocados pelo diretor da escola”.

Através das entrevistas alcançadas com as docentes da instituição, podemos destacar a fala de uma das professoras que descreve a organização e a efetivação do Conselho de Classe, a mesma afirma: “O Conselho é concretizado a cada unidade, mas ao final de IV unidade

realiza o conselho geral, para avaliar a aluno durante o ano letivo”.Em síntese com o regimento escolar e a preleção da educadora entrevistada, é visto notar que a avaliação das turmas no conselho de classe, se relaciona ao inciso II e III do Artigo 36º. Tendo em vista a organização da escola analisada, cabe refletir que a mesma acompanha o regimento da escola, para a efetivação do conselho de classe.

Perante o regimento escolar e a Lei de número 9394/96, é necessário ponderar que o desempenho da escola observada para articular pautas para a aprendizagem dos alunos nas reuniões do conselho de classe é eficaz, mas também é nítido que há muitos pontos a serem aperfeiçoados transformados, visto que a escola possui carência na avaliação e planejamento do conselho de classe.

EMBASAMENTO TEÓRICO DIANTE DAS PERSPECTIVAS ESCOLARES

A principal tarefa do Conselho de Classe é a identificação de problemas educacionais, na busca de soluções ou hipóteses para superar as dificuldades e limitações, através de técnicas participativas da equipe escolar e, em contrapartida promover a avaliação do aluno, e a capacidade do professor em analisar seu próprio desempenho. Por conseguinte, “O Conselho Participativo estimula o diálogo, fortalece o senso crítico, pois, o mesmo ajuda os alunos e professores a verem a realidade na qual estão inseridos e modificar o processo pedagógico” (CARMINATI, 2011, p.1).

O Conselho de Classe é visto como espaço de transformação da prática pedagógica, mas, de modo geral transformou-se em instância de julgamento apenas dos alunos e não dos professores, é fundamental assinalar que o estudante não possui direito a defesa, reforçando os mecanismos de concentração de poder e exclusão no espaço escolar.

O processo de avaliação do conselho nas escolas é reduzido a uma reunião em que apresentam as notas/ conceitos e a significação da precedência das questões disciplinares sobre a aprendizagem dos alunos. Na escola observada podemos notar em relação ao método de avaliação, em que a vice-diretora ressalta:

O professor volta muito para a questão da indisciplina, mas o corpo da direção analisa mais a aprendizagem e a postura dos alunos. Na assembleia do conselho, observamos que os professores falam muito do comportamento, porém acho que devemos levar em consideração a questão da aprendizagem.

Na escola, onde foram realizadas as entrevistas, ficou evidente que após o término de cada unidade, é efetivado a reunião do Conselho de Classe, em que o foco das discussões acaba sempre deslocando para o comportamento do aluno, e não para o processo cognitivo do

discente e a metodologia utilizada pelos professores. É possível identificar a crítica que Carlos Henrique Carrilho Cruz faz sobre as questões específicas do Conselho de Classe:

Em poucos lugares se discutem as questões do ensino: processos, métodos, conteúdos, relações, o significado e consequências para a aprendizagem do aluno e a pertinência dessas dimensões com o Projeto Político Pedagógico da Escola. (2005, p.12).

O que mais interfere na eficiência do Conselho Escolar como uma instância participativa, é que o mesmo se realiza somente com os professores da instituição ,não havendo a participação dos alunos e da classe avaliada, e os pais geralmente não frequenta essas assembleias, como afirmou a vice-diretora entrevistada: “Para a reunião do conselho, nós não convidamos os pais para participarem, porque a direção da escola discute o conselho com os professores, e posteriormente é que convocamos os pais se caso for necessário”.

Essa postura da escola é algo a ser pensada, porque se o aluno não participa para expor sua opinião, a gestão da escola não terá conhecimento acerca da conduta deles, e encontrará dificuldades para lhe oferecer soluções aos problemas (educacionais, sociais, pessoais, etc.) que requerem atenção. É cabível dizer, que a tendência de algumas instituições, ao realizar as avaliações é de colocar a responsabilidade dos problemas, nos alunos, com o pretexto de que eles não estudam, não prestam atenção e são muitos indisciplinados, entre outros.

Um segundo ponto que analisamos em reflexão ao conselho nas práticas pedagógicas, foi à importância dada pelo corpo docente aos resultados obtidos nas avaliações, à vice-diretora explana que a avaliação dos alunos é válida em todos os aspectos, sendo eles: o comportamento, interesse e a participação, pois a finalidade do conselho não se resume apenas na aprovação do aluno e nem atem-se para as suas notas, como afirma Benícia Silva:

Nesse encontro o objetivo não deve apenas saber se o aluno foi aprovado ou não nas disciplinas, mas sim encontrar as dificuldades deste/ e ou da turma, e desenvolver estratégias para que os obstáculos sejam vencidos. (2009, p.178).

Os encontros do Conselho devem ser pensados como um espaço de reflexão pedagógica, em que os professores e alunos se situem conscientemente no processo de avaliação que juntos desenvolvam, observando não apenas as notas a serem entregues à coordenação da escola, mas as dificuldades que os educandos encontram nos assuntos, e na metodologia utilizada pelos docentes. Cabe refletir, que os responsáveis pelos discentes devem conhecer e participar ativamente das atividades e práticas escolares; como ressalta a

professora entrevistada, “os pais precisam auxiliar assiduamente na situação do aluno em relação à aprendizagem e comportamento no todo”. Conforme descreve o autor:

O Conselho de Classe, então, torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que os pais, alunos e professores, situam-se conscientemente no processo, servindo para reorientar a ação pedagógica, a partir de fatos apresentados e metas traçadas no Projeto Político Pedagógico. (LORENZONI, et. al. p. 3).

Uma das mais frequentes falhas no processo do Conselho de Classe é oriunda no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem dos educandos, porque alguns alunos “sucessivamente” são rotulados como “maus estudantes” e “desinteressados”, e raramente a gestão da escola discute se as causas estão nos conteúdos, na metodologia aplicada pelo professor ou na relação entre o docente e estudante. “É importante ressaltar que não é só os alunos que apresentam dificuldades, mas também os professores que “representam” a instituição de ensino ou a sala de aula”. (SILVA, 2009, p.178).

Perante essa citação, é perceptível analisar a importância das auto-avaliações dos professores, para com a metodologia utilizada no espaço escolar, e na instituição pesquisada, percebemos de forma nítida essa concepção, pois ao ser indagados sobre o critério das séries e disciplinas que geralmente levam um número elevado de alunos para a avaliação do conselho de classe, ela relata que:

Nesse ano letivo, na I Unidade, nós já reunimos e percebemos os resultados, e identificamos que as turmas de 6º e 7º ano tem o menor desempenho e precisam da avaliação do conselho de classe e, a disciplina de ciência, foi o componente curricular, que levou maior número de estudantes de todas as séries para o conselho de classe, então a gestão escolar, posteriormente convoca o professor para saber o que está acontecendo, e o que ele pode melhorar...

“Também ouvimos a reclamação do aluno em relação à postura do professor”, dessa forma cabe ao conselho dialogar com o docente, para que este avalie os métodos a serem aplicados em sala de aula, e que os assuntos sejam de maneira mais conivente e ajude no processo de desenvolvimentocognitivo dos alunos.

Outra ação que o conselho exerce nessa referida instituição, para melhorar à aprendizagem dos alunos, segundo a vice-diretora:

É a decisão de criar projetos educacionais para trabalhar em sala, como por exemplo, concretizou-se um respectivo projeto em uma classe de alunos com temperamentos difíceis, na qual a gestão da escola propôs ao professor da disciplina mudar sua metodologia de ensino, mas é algo que depende da postura de cada educador, pois pode ser que obtenha melhores resultados ou não, já que existem professores que continuam com a atitude de sempre, e que não consegue modificar-se.

Diante disso, é importante destacar que a iniciativa da gestão para reverter o quadro do baixo rendimento escolar, é positiva, na medida em que a escola indica métodos e práticas para preencher as lacunas profissionais dos docentes e do desenvolvimento cognitivo e disciplinar dos discentes, embora muitas vezes não obtenham êxitos.

No que diz respeito à porcentagem de alunos dessa escola, que necessita de aprovação pelo Conselho de Classe, a vice-diretora nos revela que o número de discentes que precisam passar pela avaliação e ajuda do conselho é mínimo, segundo informações de uma professora entrevistada, o percentual é: “Mais ou menos 10% dos alunos”, em contrapartida a escola busca medidas para reverter esse quadro de baixo rendimento escolar, a partir das investigações disciplinares e cotidianas, por meio de diálogos com todo o corpo docente, e ao mesmo tempo envolver a participação dos responsáveis pelos discentes, segundo a autora Matos:

A utilização de critérios extra escolares na avaliação do aluno e da aluna é uma evidência nos Conselhos de Classe. Reforçados e validados pelo coletivo escolar, tais avaliações, baseadas em comentários e opiniões, assumem dimensões maiores e são decisivos na determinação no futuro dos alunos e das alunas. (2005, p.218).

Ao término das entrevistas, indagamos quais são os resultados obtidos e as ações que o conselho de classe exerce no final de cada ano letivo, e uma das participantes da pesquisa relata:

O professor já tem uma visão da situação de aprendizagem do aluno, tendo em vista que o conselho além de avaliar e reprovar quando for necessário, também observa o aspecto qualitativo do aluno. Discutimos no conselho de classe os tipos de avaliações a ser aplicado, o desempenho do professor com os conteúdos didáticos concretizados em sala de aula, o porquê de o aluno ter dificuldades em determinadas disciplinas. Diante das discussões no conselho, a gestão se posiciona frente a algumas decisões do professor, oferecendo sugestões de melhorias na atuação dos docentes e discentes.

Em presença a fala da professora é provável observar que a reunião do conselho de classe é totalmente avaliativa, posto que os participantes dessa prática discutam o processo de ensino aprendizagem de acordo com o desempenho escolar dos alunos, na qual a gestão da escola busca avaliar coletivamente para obter resultados e estratégias frente os desafios enfrentados no âmbito escolar, e nas organizações dos aspectos educacionais, como afirma Silva com base a essa prática escolar:

Configura-se como um espaço que possibilita uma análise do desempenho da própria escola de forma coletiva propondo ações e intervenções para a melhoria da aprendizagem do aluno e da prática docente. (2007, p.1).

No obstante, o conselho de classe é um lócus de observação importante nas instituições de ensino, pois o mesmo irá revelar quais as dificuldades e os fracassos que os alunos têm no seu desenvolvimento cognitivo, e que muitas vezes induz a evasão e exclusão de muitos adolescentes e jovens. Ante os questionamentos e discussões realizadas na escola, cabe ressaltar que esta prática analisa os discentes em sua totalidade, em seu contexto social, disciplinar, e na sua aprendizagem, procurando conhecer a realidade dos educando, pois a vida pessoal dos mesmos influencia no seu comportamento, e nessa medida deve desenvolver técnicas de acompanhamento pedagógico na conduta dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante as observações concretizadas no espaço escolar, foi possível refletir que a prática do conselho de classe, tem como função principal, diagnosticar as dificuldades no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos discentes. A partir desse momento, a gestão auxiliará o corpo docente para agir de forma coerente e inovadora, construindo coletivamente soluções, que visam alcançar maior sucesso educacional.

Em presença à análise realizada na instituição, e a partir das visões teóricas compreendemos quem são os participantes, e como se dá a organização dessa política escolar, pois até então não tínhamos conhecimentos necessários desta prática, e foi somente por meio da pesquisa que conseguimos internalizar informações imprescindíveis para a elaboração do presente trabalho.

A efetivação dessa prática no espaço educacional, são executadas de acordo algumas leis sancionadas no regimento escolar, que levam a gestão da escola elaborar pontos fundamentais para maior criticidade necessária para a realização do conselho de classe.

Porém, diante disso, foi perceptível identificar uma lacuna na efetivação do mesmo, sendo, a não participação dos discentes e da comunidade nessa prática, mesmo que o regimento escolar expõe como ponto facultativo a presença dos mesmos no conselho, cabe ressaltar que os alunos e a comunidade deveriam obter conhecimentos sobre as pautas discutidas nas reuniões, para em seguida opinar soluções possíveis, cabendo o corpo escolar analisá-las para em seguida ratificar medidas que visam superar o número de alunos que apresentam problemas cognitivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394. Brasília: 1996.

CARMINATI, Rosania Soares. **Conselho de Classe: Reflexão da Prática Pedagógica**, 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/conselho-de-classe-reflexao-da-praticapedagogica/62997/>> Acesso em: 07 de jun. de 2013.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselhos de Classes: espaço diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e desafio. Uma perspectiva construtivista**. 17°. ed. Porto Alegre: Educação e realidade revistas e livros UFRG, 2002.

LEITE, Lilian Ianke. **Conselho de classe: objeto de estudos multifacetado**, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4690_2396.pdf> Acesso em: 12 de jun. de 2013.

LIMA, Lauro de Oliveira. Como fazer funcionar o círculo de pais e mestres. In: **A escola secundária moderna**. 8°. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1970. p. 141-161.

LORENZONI, Rosilâne de Lourenço, Et. al. **Conselho de classe participativo: uma experiência de participação democrática na escola**. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cianorte/arquivos/File/PEDAGOGAS/CONSELHO/Conselho deClaseparticipativo.pdf>>. Acesso em 26 de jun. de 2013.

LUCK, Heloisa et. al. **A escola participativa, o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **O conselho de classe e a construção do fracasso escolar**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio/ago. 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Benícia. **Analisando o conselho de classe quanto prática escolar**, 2009. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/17_analizando.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2013.

SILVA, Marta Betanesda. **Conselho de classe: espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico**, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/574-4.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2011.